

Base tenta conter danos após revés em comissões

Aliados e integrantes do governo avaliam que escolha de bolsonaristas para a presidência de colegiados importantes da Câmara, como Educação e CCJ, podem alavancar pautas de costumes e travar projetos prioritários do Planalto

GABRIEL SARÓIA, SÉRGIO BORO E MAYRA CASTRO
publicaram em 7 de março de 2024

Partidos da base governista estão montando uma "tropa de choque" para tentar conter possíveis iniciativas da ala mais radical do PL, que ficou com a presidência de comissões importantes na Câmara, em especial no colegiado de Educação, que será presidido pelo deputado Nikolas Ferreira (PL-MG). Aliados e integrantes do governo avaliam que a escolha de parlamentares bolsonaristas pode ajudar a oposição a avançar em projetos relacionados a temas de costumes e tirar, assim, energia de pautas consideradas prioritárias para a gestão petista.

Além da Educação, as comissões de Constituição e Justiça (CCJ), por onde passam praticamente todos os projetos, e a de Segurança Pública, tema caro ao Planalto, ficarão nas mãos, respectivamente, de Caroline de Toni (PL-SC) e de Alberto Fraga (PL-DF), próximos ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

CRÍTICAS AOP

PSB, PSOL e PDT já têm escalado alguns dos nomes que pretendem lançar não para debater e votar contra proposições que visem a derubar bandeiras defendidas pelo Ministério da Educação. Os petistas Sônia Romfim (MS) e Tarciso Motta (RJ), a pedetista Duda Salabert (MG) e a posseista Tatiana Amaral (SP) são alguns dos parlamentares que devem compor a Comissão de Educação e estão dispostos a atuar na contenção de Niko-



Colegiado. Assessor de Nikolas Ferreira para presidir a Comissão de Educação foi criticada pela Frente Parlamentar do setor e entidade ligada à área

las. Há entre eles, contudo, quem esteja com o pé atrás até mesmo com integrantes do próprio PT que serão escalados para o colegiado.

Duda, embora garanta que se manterá atuante em defesa de pautas como o novo Ensino Médio, lembra que a escolha do bolsonarista para presidir o grupo resultou de acordo alinhado com petistas, que optaram por comandar a Comissão de Saúde para blindar a ministra Nísia Trindade e gerir um orçamento de R\$4,5 bilhões.

— Não podemos dar ao Nikolas um tamanho maior do que ele tem. Ele é mais uma peça na política de desmonte da educação. (Mas o) PT deixou a comissão nas mãos de uma figura que pode agir pelo retrocesso das nossas políticas, sinceramente não sei o que esperar delas

para resguardar a sociedade desta escolha — afirma. Tatiana Amaral considera a escolha de Nikolas uma vergonha para a história da Comissão de Educação: — Em vez de a gente trazer alguém comprometido com o diálogo, que saiba dos problemas reais da educação brasileira, que tenha condições de dar respostas ao analfabetismo, ao aumento da evasão escolar, a gente vai ter uma pessoa com postura de moleque, que não tem postura, que não sabe dialogar, que não tem tamanho

para ser deputado federal, quem dirá para ser presidente da Comissão de Educação. Procurado ontem, Nikolas Ferreira não respondeu. Líder do PT na Câmara, José Guimarães (CE) minimiza a escolha do bolsonarista e afirma que um compromisso foi firmado para que as pautas levadas à discussão no colegiado não atrapalhem as políticas atuais de educação, comandadas pelo ministro Camilo Santana.

— Tem compromisso do líder (do PL) Altneu Cortes de não criar nenhuma dificuldade nas políticas que o ministro (da Educação) Camilo está desenvolvendo — disse.

A despeito da atuação que pode ocorrer por parte da oposição, como frequentes convocações ao colegiado, o ministro da Educação, Camilo Santana, evitou críticas a Nikolas e disse que ficará à disposição:

— Estarei preparado sempre que for convocado. Ontem, a Frente Parlamentar Mista da Educação divulgou uma nota expressando "profunda preocupação" com a escolha de Nikolas para a presidência da comissão, "tendo em vista que o parlamentar não tem atuação na área ou profundidade para conduzir os trabalhos em um tema que é central para o desenvolvimento do país".

A condução do deputado Nikolas Ferreira à Comissão de Educação — ainda motivo de especial inquietação, considerando a discussão de matérias importantes para o ano de 2024, dentre as quais citamos o Novo Ensino Médio, o Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional da Educação. (...) A sua liderança precisa refletir o engajamento necessário com a urgência e a seriedade que o tema requer (...). O momento exige um diálogo

seu familiares".

A condenação no caso Vladimir Herzog é outro exemplo. A Corte estabeleceu que o Brasil deve adotar medidas para reconhecer que crimes contra a humanidade não podem ser prescritos, o que impediria a condenação dos responsáveis.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

O documento recomenda a continuidade dos trabalhos especialmente em relação ao reconhecimento de vítimas, busca de restos mortais e registros de óbito. A orientação é que sejam destinados recursos humanos e financeiros para o adequado funcionamento da comissão, além de medidas que garantam a permanência da instância colegiada até que todas as competências legais sejam finalizadas.

Para o MPF, a extinção da comissão ocorreu de forma prematura. Entre os casos pendentes citados estão os desaparecidos na guerrilha do Araguaia; na Vela clandestina de Perus, no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo; no Cemitério Ricardo Albuquerque, na Zona Norte do Rio.

Ainda de acordo com o Ministério Público, a extinção do grupo descumpra as recomendações do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

construtivo e ações efetivas que estejam alinhadas com as necessidades reais do país", diz trechos da nota.

Presidente executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz se diz preocupada com a condução do colegiado pelo parlamentar bolsonarista: — Infelizmente, o deputado já declarou que fará da Comissão de Educação um espaço de embate ideológico e de disputa política, como a defesa do homeschooling. Quem perde é a educação.

PRESIDÊNCIA DA CCJ

Já a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, publicou texto em seu perfil no X lamentando o desfecho não só na Comissão da Educação, como também na CCJ, que será presidida por De Toni.

"Lidamos com quem a população elige, levando em conta o tamanho das bancadas (...) O PL indicou gente radical demais, desrespeitosos para CCJ e mal-educados, como o deputado pra presidir a comissão da Educação. Isso depois contra a própria Câmara, infelizmente", escreveu ela.

É pela CCJ que passam as análises de quase todas as propostas em tramitação e, além disso, o colegiado é responsável por analisar temas jurídicos e eventuais processos de impeachment do presidente. Em seu primeiro discurso, De Toni disse que a condução dos trabalhos da CCJ não será "contaminada" por questões ideológicas.

— Para quem tem dúvidas de como será a nossa atuação, saiba que esta Comissão seguirá o seguinte pilar: o respeito ao regimento interno.

(Colaborou Bruno Alfano)

MPF recomenda reinstalação de grupo que mira ditadura

Governo Lula é criticado por colocar a questão em banho-maria

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou ao governo federal a reinstalação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) no prazo máximo de 60 dias. A solicitação foi enviada diretamente ao Ministério dos Direitos Humanos. O colegiado foi criado em 1995 e extinto em 2022, no fim da gestão Bolsonaro.

O governo é acusado de colocar a questão em banho-maria. Desde março de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem pronta uma minuta de decreto para reinstalar o colegiado, mas ainda não bateu o martelo sobre quando isso ocorrerá. Há forte resistência nas Forças Armadas, ao ponto de o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Joseli Parente Camelo, declarar que o retorno do colegiado é "completamente desnecessário" e falar que não se pode "olhar o país pelo retrovisor".

No fim do ano passado, o ministro dos Direitos Humanos, Silvío Almeida, rebateu Camelo: — Desnecessário é achar que podemos virar a página da história de um passado de dor, simplesmente varrendo a "su-

jeira" para debaixo do tapete. Entre as atribuições da comissão estão emitir pareceres sobre indenizações a familiares e mobilizar esforços para localizar os restos mortais das vítimas da ditadura militar.

O MPF defende que os trabalhos da comissão devem prosseguir para possibilitar a execução das condenações impostas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos ao Brasil, como no caso Gomes Lund, desaparecido na guerrilha do Araguaia, no qual o Estado brasileiro foi obrigado a "realizar esforços para determinar o paradeiro das vítimas, e identificar e entregar os restos mortais a

seus familiares". A condenação no caso Vladimir Herzog é outro exemplo. A Corte estabeleceu que o Brasil deve adotar medidas para reconhecer que crimes contra a humanidade não podem ser prescritos, o que impediria a condenação dos responsáveis.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

O documento recomenda a continuidade dos trabalhos especialmente em relação ao reconhecimento de vítimas, busca de restos mortais e registros de óbito. A orientação é que sejam destinados recursos humanos e financeiros para o adequado funcionamento da comissão, além de medidas que garantam a permanência da instância colegiada até que todas as competências legais sejam finalizadas.

Para o MPF, a extinção da comissão ocorreu de forma prematura. Entre os casos pendentes citados estão os desaparecidos na guerrilha do Araguaia; na Vela clandestina de Perus, no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo; no Cemitério Ricardo Albuquerque, na Zona Norte do Rio.

Ainda de acordo com o Ministério Público, a extinção do grupo descumpra as recomendações do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

mento da comissão, além de medidas que garantam a permanência da instância colegiada até que todas as competências legais sejam finalizadas.

Para o MPF, a extinção da comissão ocorreu de forma prematura. Entre os casos pendentes citados estão os desaparecidos na guerrilha do Araguaia; na Vela clandestina de Perus, no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo; no Cemitério Ricardo Albuquerque, na Zona Norte do Rio.

Ainda de acordo com o Ministério Público, a extinção do grupo descumpra as recomendações do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

SÓ NO CLASSIFICADOS DO RIO O PACOTE É GLOBAL: TEM WEB, TABLET, CELULAR E ATÉ JORNAL.

Oferta velha não resolve nada.

Imóveis, veículos, empregos e muito mais no Classificados do Rio.

Só ofertas atuais com fotos e navegação inteligente.



Anuncie agora via WhatsApp ou Telegram

21 2534-4333

